

PETROPOLITANAS



Entre as reivindicações está o pagamento do piso nacional

Educação nas ruas: profissionais protestam no Centro Histórico

A mobilização dos profissionais da Rede Municipal de Educação chegou à porta da Secretaria de Educação de Petrópolis nesta quinta-feira, dia 10 de setembro. A categoria realizou manifestação na Praça da Águia durante a paralisação de 24 horas convocada pelo SEPE/Petrópolis. O movimento faz parte do calendário definido após a aprovação do estado de greve, em 26 de agosto. A categoria mantém a cobrança por reajuste salarial, o pagamento do piso nacional do magistério, o aumento do vale-alimentação e a regularização dos enquadramentos funcionais. Segundo o sindicato, a categoria defende uma correção superior a 13%, enquanto a Prefeitura teria apresentado proposta de 4,64%, com pagamento a partir de janeiro. Os profissionais também apontam problemas relacionados à estrutura e à falta de insumos nas unidades de ensino.

Pagamento dos aposentados também em pauta

A mobilização não deve terminar na paralisação desta quinta. O calendário divulgado pelo SEPE prevê novos atos e uma assembleia da categoria no dia 12 de setembro. No dia anterior à paralisação, o sindicato levou à Justiça a cobrança pelo pagamento dos aposentados da Educação Municipal. O sindicato informou que ajuizou, na quarta-feira (09), uma Ação Civil Pública para exigir a regularização imediata dos proventos, que, segundo a entidade, ainda não haviam sido pagos até a data da ação.



SEPE ajuizou uma ACP pedindo a regularização dos aposentados

Multa diária aos administradores públicos

Na ação, o SEPE pede multa diária ao prefeito Hingo Hammes e ao diretor-presidente do INPAS, Alex Christ, além da possibilidade de bloqueio das contas do Município e do instituto em caso de descumprimento. O SEPE afirma que os atrasos prejudicam diretamente aposentados que dependem dos proventos para despesas básicas. O Correio Petropolitano procurou a Prefeitura de Petrópolis para saber se houve avanço nas negociações com o SEPE e quais medidas serão adotadas diante da paralisação e da manifestação desta quinta-feira e aguarda um posicionamento.

Prefeitura diz que havia acordo com servidores

A Prefeitura de Petrópolis afirmou que a paralisação ocorreu após um processo de negociação que, segundo o governo, já havia resultado em um acordo com representantes das categorias de servidores. O município declarou que o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/Petrópolis) participou das reuniões e teria sinalizado concordância com os termos da proposta e com o projeto de lei que seria encaminhado à Câmara.

“Pegou de surpresa”

Segundo a Prefeitura de Petrópolis, a mudança de posicionamento do sindicato causou surpresa à administração. O município afirmou que a proposta foi construída após diversas rodadas de diálogo e contou com a participação de representantes do Sisep, aposentados, Guarda Civil, fiscais e profissionais da Educação.

Aulas serão repostas

O governo destacou a convocação de mais de 1.600 novos servidores por concurso e o reenquadramento dos secretários escolares. Prefeitura afirmou que, nas unidades afetadas pela paralisação, as equipes gestoras devem avaliar o número de profissionais presentes e comunicar eventuais mudanças no funcionamento, e que as aulas suspensas serão repostas.

Convocação I

A Prefeitura convocou, nesta semana, 41 professores aprovados no concurso público da Educação. Os profissionais atuarão na Educação Infantil, Anos Iniciais e em disciplinas como português, geografia, história, educação física, inglês e matemática. Segundo a Prefeitura, mais de 1.600 aprovados no concurso já foram convocados desde 2025.

Convocação II

A maior parte dos novos chamados é para Educação Infantil e Anos Iniciais, com 14 profissionais: 11 para a primeira região e três para a segunda. O prefeito Hingo Hammes afirmou que as convocações seguem o calendário previsto, enquanto a secretária de Educação, Ana Carolina Kapler, destacou a importância para o desenvolvimento dos alunos.

Aviso de licitação

A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) abriu uma licitação para escolher uma empresa interessada em explorar o serviço de transporte turístico individual por “vitórias elétricas” em Petrópolis. Segundo o documento, a concessão terá duração de 10 anos e permitirá a operação de até 10 veículos.

Disputa em novembro

O aviso de licitação foi publicado em 8 de setembro de 2026. A disputa está marcada para o dia 12 de novembro de 2026, às 10h, na sede da CPTrans, localizada na Rua Alberto Torres, nº 115, no Centro de Petrópolis. A modalidade será o Modo de Disputa Aberto, e vencerá a empresa que apresentar a maior oferta de preço pela outorga mensal.



Promotora diz que a proposta é uma “flagrante e insanável ilegalidade”

Criticas à CPTrans por ‘inércia administrativa’

MPRJ se opõe ao contrato da Cidade das Hortênsias até 2032

Por **Gabriel Rattes**

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) classificou como “inércia administrativa injustificável” a situação envolvendo a prorrogação, até 2032, do contrato da Transporte São Luiz Ltda., conhecida como Cidade das Hortênsias, em Petrópolis. Em manifestação protocolada nesta quarta-feira (9), a promotora Vanessa Quadros Soares Katz criticou o Município e a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) e afirmou haver tentativa de manter uma contratação precária após o fim da concessão, encerrada definitivamente em agosto de 2025.

Segundo o MPRJ, a audiência de 25 de agosto evidenciou uma “pretensão concertada” para ampliar a operação da empresa até 2032. A promotora classificou a proposta como “flagrante e insanável ilegalidade” e declarou “incondicional e intransigente oposição” à medida.

A manifestação questiona as justificativas da CPTrans para a ausência de uma nova licitação. A companhia alegou dificuldades na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e do Termo de Referência (TR) e apresentou um Plano de Contingência do Sistema de Transporte Público (2025–2028).

Para a promotora, houve “grave confusão conceitual e operacional”. Segundo ela, “plano de contingência não é política pública de transporte” e não pode substituir o planejamento exigido pela legislação. O MPRJ também classificou como “inércia administrativa injustificável” a alegação de complexidade para aplicação da Lei nº 14.133/2021, destacando que o Município teve anos para preparar uma nova licitação.

FROTA E URGÊNCIA

O órgão também demonstrou preocupação com a frota da São Luiz. Conforme dados apresentados pela CPTrans, os 62 ônibus têm idade média de cerca de nove anos; 35 foram fabricados antes de 2026 e dez são de 2015. Para o MPRJ, manter contratos vencidos transfere aos passageiros os custos da precarização e o risco de acidentes.

A promotora ainda afirmou que os envolvidos “utilizam as audiências judiciais como palco para adiar o cumprimento dos deveres constitucionais mais basilares”.

O MPRJ pediu a rejeição da prorrogação até 2032 e que Município e CPTrans iniciem e concluam a licitação das linhas operadas pela empresa, sugerindo prazo de 120 dias. Também solicitou cronograma dos estudos e edital em até 30 dias e vistoria extraordinária da frota em 15 dias, com retirada dos veículos reprovados.

O Correio procurou o Setranspetro e aguarda posicionamento.

A CPTrans afirmou que não há “inércia administrativa” e que os estudos para reorganização e futura contratação do sistema começaram no início de 2025 e estão em estágio avançado. Segundo a companhia, a eventual permanência da São Luiz até 2032 não seria automática e está sendo discutida judicialmente em razão de alegado desequilíbrio econômico-financeiro. O órgão também destacou que o plano de contingência não substitui a futura licitação.

Sobre a frota, informou que os veículos seguem sendo fiscalizados. Em relação ao prazo de 120 dias, disse ter condições técnicas para avançar, mas ressaltou que o cronograma depende de questões judiciais e da modelagem econômica e operacional.